



DN+ Gestor de museu suspeito de corrupção

PJ descobriu móveis antigos desviados da Presidência

Operação Cavaleiro. MP imputa a Diogo Gaspar a prática de seis crimes. Marcelo Rebelo de Sousa já divulgou ajustes diretos

CARLOS RODRIGUES LIMA

Várias peças de mobiliário dos séculos XVIII e XIX que pertenciam à Presidência da República foram encontradas pela Polícia Judiciária, em buscas realizadas a duas casas de Diogo Gaspar, diretor do Museu da Presidência, detido ontem por suspeitas de seis crimes. Segundo informações recolhidas pelo DN, as peças integravam o recheio do Palácio da Cidadela, em Cascais, e terão sido desviadas por Diogo Gaspar para as suas habitações em Lisboa e Portalegre. Outras terão sido desviadas para um circuito de leilões de peças antigas.

O desvio dos móveis é apenas uma das suspeitas sob investigação na Operação Cavaleiro – nome de batismo do processo, uma vez que o detido já foi condecorado por Cavaco Silva com o grau de Cavaleiro da Ordem de Santiago – da Unidade Nacional contra a Corrupção (UNCC) da Polícia Judiciária e do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, que envolve o ainda diretor do Museu da Presidência da República, que deverá ser hoje presente a um juiz do Tribunal de Instrução Instrução Criminal de Lisboa.

Há 12 anos à frente da instituição ligada à Presidência, Diogo Gaspar é suspeito de seis crimes relacionados com a gestão do mesmo: tráfico de influência, falsificação de documento, peculato, peculato de uso, participação económica em negócio e abuso de poder.

Durante a manhã de ontem, vários procuradores do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa e inspetores da UNCC fizeram diversas buscas na Secretaria-Geral e no Museu da Presidência, em Lisboa, e no Palácio da Cidadela, em Cascais, assim como às casas de Diogo Gaspar e a empresas que celebraram contratos com o Museu da Presidência.

Ao que o DN soube, o gestor do museu é ainda suspeito de encaminhar para amigos e conhecidos vários contratos ligados ao museu, como a promoção de exposições e a impressão de panfletos. Há ainda suspeitas de que, com este procedimento, receberia uma comissão. Também as compras feitas pelo Museu da Presidência estão sob investigação, como é o caso, apurou

o DN, de várias tapeçarias de Portalegre, as quais terão sido adquiridas a uma empresa com ligações a um familiar de Diogo Gaspar.

O à-vontade com que o diretor do museu se terá movimentado poderá, segundo fonte ligada ao caso, ser explicado por dois fatores: primeiro, nos últimos anos, durante os mandatos de Cavaco Silva, a Presidência da República não publicitou as suas despesas, sobretudo os ajustes diretos, como acontece com os restantes organismos da administração pública (www.base.gov.pt); por outro, o facto de estar à frente do Museu da Presidência desde a sua fundação, em 2004, pelo então Presidente Jorge Sampaio, terá dado a Diogo Gaspar o espaço suficiente para decidir sem muito escrutínio interno.

res e representantes, e tau ritual de paz simboliza, hoje, económicas e culturais entre

m quase sempre sublinhar da economia do país que ue pelo seu valor material, especificidades culturais, tecnológicas e capacidades de uma memória colectiva ou

rentes épocas e traduzindo tos assumem um particular



Diogo Gaspar (à esquerda) foi um dos presentes no lançamento do livro *25 de Abril*, de Maria José Tiscar Santiago, que decorreu a 17 de abril, no Museu da Presidência, com apresentação do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa

PERFIL

DIOGO GASPAR

> 45 anos.

> Licenciado em História de Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1993.

> Diretor do Museu da Presidência da República desde outubro de 2004.

> **Na Torre do Tombo, onde trabalhou entre 1995 e 2004 (entre 2001 e 2004 acumulou funções com o Museu da Presidência), recebeu um louvor da diretora Miriam Halpern Pereira. Em 2006 Diogo Gaspar foi condecorado comendador da Ordem do Infante por Jorge Sampaio. Em 2015, Cavaco Silva distinguiu-o com a Ordem de Santiago. Recebeu o Prémio Europa Nostra 2008 pelo trabalho de investigação sobre o património material e imaterial do Palácio de Belém. É autor de vários artigos e deu aulas na Universidade Lusófona e no ISLA, entre outras instituições.**

Certo é que, segundo fonte do Palácio de Belém, a partir do momento em que tomou posse Marcelo Rebelo de Sousa, que ontem reagiu à detenção de Diogo Gaspar (*ver texto nestas páginas*), deu instruções para que, pelo menos, os ajustes diretos sejam publicitados na página da internet da Secretaria-Geral da Presidência da República. O que, como constatou o DN, já ocorre.

Internamente, o staff presidencial batizou a operação que levou à detenção de Diogo Gaspar como “Varre a Jato”, numa alusão ao processo brasileiro Lava-Jato. No Palácio de Belém teme-se que, de algum modo, a investigação da PJ e do DIAP coloque a nu algum descontrolo e falta de escrutínio das despesas da secretaria-geral. Aliás, na semana passada, o Palácio de Belém fez saber que Marcelo Rebelo de Sousa ordenou uma auditoria interna às contas da secretaria-geral. Fonte oficial do Palácio de Belém declarou ao DN que a iniciativa do Presidente não se tratava de um passo para “corrigir” o que vinha de trás, mas sim “redu-

zir a despesa de forma criteriosa, reduzindo os gastos ao essencial, tendo em conta a atual situação do país”.

Num comunicado divulgado ontem de manhã, a Procuradoria-Geral da República afirmou que este processo foi “iniciado em abril de 2015”, investigando “suspeitas de favorecimento de interesses de particulares e de empresas com vista à obtenção de vantagens económicas indevidas e suspeitas de solicitação de benefícios como contrapartida da promessa de exercício de influência junto de decisores públicos”.

O documento da PGR refere ainda que está igualmente a ser investigado “o uso de recursos do Estado para fins particulares, a apropriação de bens móveis públicos e a elaboração de documento, no contexto funcional, desconforme à realidade e que prejudicou os interesses patrimoniais públicos”.

Já a Judiciária confirmou que, durante as buscas, foram apreendidos “diversos bens culturais e artísticos que terão sido descaminhados de instituições públicas”.